

Frankfurtianos e os limites da razão

Frankfurter and the limits of reason

SOARES, Jorge Coelho. *Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 200 p.

Marco Antonio Perruso

Professor adjunto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
trogao@bol.com.br
Rua Andrade Pertence, 26/803 - Catete
22220-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

Modernidade; Racionalidade; História intelectual

Keywords

Modernity; Rationality; Intellectual history.

225

Enviado em: 4/12/2011
Aprovado em: 4/2/2012

A produção intelectual vinculada à Escola de Frankfurt pode ser considerada um dos maiores empreendimentos já realizados de interpretação crítica do Ocidente moderno e capitalista. Como bem aponta Jorge Coelho Soares ao apresentar o livro por ele organizado, trata-se de um esforço interdisciplinar, envolvendo investigações e reflexões em filosofia, sociologia, economia, história e psicologia (SOARES 2010, p. 7). A influência das obras de seus membros é vastíssima até os dias de hoje, sendo constantemente renovada. Partindo das construções teóricas e analíticas de Marx, Kant, Hegel, Freud e Max Weber, entre outros, os frankfurtianos em grande medida desvendaram os limites, as contradições e as impossibilidades da racionalidade moderna e contemporânea. E o fizeram quase sempre sem deixar de confiar que a crítica dessa racionalidade seria capaz de aperfeiçoá-la ou reconstruí-la. A tensão entre a denúncia das falsas promessas e dos feitos incoerentes da razão moderna, por um lado, e a busca por sua recuperação e sua efetivação “civilizadora” é recorrente na trajetória intelectual e política da Escola de Frankfurt. Sendo assim, a obra ora resenhada, que consiste de uma coletânea de artigos,¹ vem se associar a outras poucas publicadas em português neste novo milênio, a respeito das reflexões e do legado dos frankfurtianos (WIGGERSHAUS 2002; MATOS 2001).

Em “Adorno e a crítica da barbárie: um olhar psicanalítico” Sérgio Paulo Rouanet, talvez o mais importante pensador racionalista brasileiro, aponta que as concepções liberal e marxista do indivíduo moderno foram ultrapassadas pela crítica freudiana que identifica o mal estar da modernidade. O indivíduo, “civilizado” por ser reprimido interna e externamente (como percebido também por Norbert Elias, acrescentemos), torna-se ressentido, portanto, capaz da barbárie.

Rouanet parte dessa formulação de Adorno a fim de pensar a sociedade capitalista em que vivemos. No Ocidente contemporâneo, aquele processo seria exemplificado pelos EUA da Era Bush, onde as manipulações e os ardis promovidos pela mídia alinhada com os republicanos, para angariar o apoio da população à guerra contra o Iraque por meio da estereotipia e da personalização, demonstraram o amálgama entre barbárie e civilização.

Rouanet entende ser possível contrapor-se a esse tipo de fenômeno apostando na educação. Insistindo numa das promessas clássicas do Iluminismo e do racionalismo, o autor indica que a educação seria capaz de habilitar o indivíduo contemporâneo a tomar consciência dos mecanismos envolvidos na dialética civilização-barbárie, tornando-se factível, então, a esperança de alterar as estruturas de nossa sociedade.

Os mesmos EUA da era Bush foram eleitos por Douglas Kellner, “Observações acerca da relevância da Escola de Frankfurt sob a luz da ‘catástrofe Bush’”, como objeto adequado para pensar a pertinência de alguns postulados frankfurtianos. Os cidadãos estadunidenses vinculados às políticas

¹ Não sigo a ordem pela qual os artigos estão dispostos no livro. Faço o percurso a partir de questões que ligam alguns artigos a outros.

e mídias republicanas seriam dotados de personalidades autoritárias, que operam exclusivamente com categorias binárias e são incapazes de pensamento crítico – constituir-se-iam em seres unidimensionais na acepção marcusiana, enfim. A desinformação e o obscurantismo presentes nos EUA contemporâneos evidenciam um enfraquecimento de sua democracia.

Nesse sentido, seria absolutamente efetiva, para o autor, a dialética do Iluminismo na sociedade estadunidense, uma vez que ela promove o oposto da cultura, o inverso da racionalidade. Cabe indagarmos se o caráter extremamente acerbo e feroz dos fundamentalismos cristãos atuais corresponde mesmo a uma irracionalidade produzida de modo simbiótico à promoção da racionalidade da modernidade. Não será possível pensar numa contemporaneidade complexa e permanentemente inconclusa – em relação às promessas iluministas originais – que comporte uma pluralidade de vivências societárias, entre elas um tradicionalismo reacionário que proponha a negação absoluta da própria modernidade?

Já no artigo “Indústria cultural e imaginação estética” de Olgária Chain Féres Matos, uma das mais vigorosas e originais estudiosas da Escola de Frankfurt no Brasil, encontramos uma reflexão sobre a mudança estrutural engendrada pela modernidade em termos da dimensão cultural. Antes transmitida primordialmente por relações familiares e comunitárias, a cultura passa progressivamente a ser fenômeno midiático de massa. Tal mudança trouxe severas perdas existenciais, uma vez que a mídia é apassivadora, evitando a reflexão autônoma dos indivíduos em sociedade. Em oposição, podemos pensar que os eixos familiar e comunitário implicariam no estabelecimento de posturas mais ativas. Dessa maneira, a autora valoriza o que Giddens identifica como relações face-a-face, persistentes na modernidade, mas cada vez mais cerceadas pelo poder midiático.

Ressalta Matos que, a despeito de um oferecimento vasto e plural de mercadorias culturais, a indústria cultural não pode deixar de castrar e evitar a autonomia dos indivíduos em sociedade, razão pela qual é tão forte a tendência de a arte produzida nesses termos se conformar ao pensamento dominante. Por conseguinte, é permanente a tarefa de garantir ou propiciar a autonomia da arte, pois, como a autora pontua a partir de Adorno e Horkheimer, a arte autônoma é pouco afeita ao mercado por conservar atributos pré-capitalistas.

O artigo de Maria de Fátima Vieira Severiano, “‘Lógica do mercado’ e ‘lógica do desejo’: reflexões críticas sobre a sociedade do consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt”, retoma o viés marxista de parte das reflexões frankfurtianas, pontuando a articulação perversa entre consumo – personalizante – e subjetividade – coisificadora – na contemporaneidade, configurando-se enquanto fetichismo. Assim, a exclusão social passa a se fundar não apenas na propriedade, mas também no estilo de vida – este se torna um marcador social relevante (lembramos o destaque que Simmel dá a tal fenômeno). Para a autora, a atual sociedade

de consumo segmentado chega a inverter a ética capitalista clássica, centrada no cálculo e na poupança como descrita por Weber: consome-se muito além do necessário – e aqui é impossível não nos remetermos à interpretação pioneira de Sombart nessa direção (VILLAS-BOAS 2001).

Ainda segundo a autora, para a efetivação do hedonismo intrínseco ao consumismo concorre a publicidade, meio midiático, extrafamiliar, de educação do desejo. Os objetos do consumo passam a ser desejados pelo que simbolizam, não por sua utilidade. A mercadoria, então, como que se desmaterializa. O que importa é o significado, a marca, a variedade, a constante substituição propiciada pela obsolescência deliberada. A alienação como que se desdobra. As fronteiras entre economia e cultura se esmaecem, para dizer o mínimo. Toda essa trama propicia uma identificação entre lógica do desejo e lógica do mercado, a qual implica no desmoronamento da capacidade de interagir com a realidade – já que os indivíduos estão fascinados diante de objetos-engodo – e com o mundo social – face ao enfraquecimento de vínculos estabelecidos (autônoma ou criticamente) com outrem.

Podemos relacionar o que acabou de ser exposto com o pressuposto adotado por Blanca Muñoz em seu artigo “A teoria crítica frankfurtiana contemporânea: heranças e renovação”. O consumismo fetichista moderno e contemporâneo remete-nos também a uma propriedade (normalmente olvidada) do Estado de Bem Estar Social: ele é criador de motivações – de desejos, enfim – antes que de necessidades. Subjetividade, cultura e economia, Estado e mercado, crescentemente têm seus desempenhos mutuamente condicionados ou mesmo integrados.

228

A autora foca seu artigo nas elaborações teóricas e analíticas de Habermas e Offe, dois dos mais relevantes herdeiros da Escola de Frankfurt – ainda que a obra de Habermas tenha se afastado dos componentes freudianos da produção intelectual frankfurtiana na medida em que ele se aproximou de certos funcionalismos sociológicos. Habermas e Offe identificam o capitalismo tardio como introdutor da regulação estatal no desenvolvimento econômico baseado no mercado. A criação de motivações no Estado de Bem Estar Social, prossegue Blanca Muñoz, garantiria que a socialização dos indivíduos os adeque à dominação, ao invés de habilitá-los à autonomia. Contudo, essa missão estatal, face inclusive à sua complexidade, poderia ser progressivamente ineficiente, já que, no limite, o Estado atua para interesses que não são generalizáveis. Em Offe, tais interesses obedecem ao princípio organizacional do intercâmbio econômico. Ou, em termos mais diretos, podemos colocar: é em função do Capital que o keynesianista Estado de Bem Estar Social se efetiva. Ainda conforme a autora, neste ponto Habermas parte do diagnóstico de Adorno e Horkheimer a respeito do avanço da irracionalidade social, avanço este que, podemos afirmar, seria o pano de fundo de tais processos.

De qualquer maneira, Blanca Muñoz assevera que para Habermas e Offe, a dimensão da política enfrenta desafios cada vez mais complexos para dar conta da economia capitalista. Em outras palavras: o prevalecimento do universal

ou do generalizável sobre o particular – o qual revela um significado iluminista da racionalidade – torna-se cada vez mais uma missão ingrata, daí a referida tendência à irracionalização. Em Offe, tais reflexões têm uma continuidade; ele se debruça sobre a emergência do neoliberalismo, crítico e desestruturador do Estado de Bem Estar Social: para Offe, tal trajetória torna inviável a própria legitimidade e racionalidade da democracia, visto que se radicaliza a atenção estatal a interesses particularistas. Por outro lado, podemos afirmar, nesse diapasão, que Offe, talvez também Habermas, tenha subestimado as realizações contemporâneas do neoliberalismo – em termos de esgarçamento da solidariedade e do aprofundamento da desigualdade – que não obedecem à racionalidade por eles propugnada.

O artigo de Jorge Coelho Soares & Ariane P. Ewald, “Utopia com desencanto: reflexões sobre a vida trêmula na hipermodernidade”, também analisa os desafios enfrentados pela dimensão da razão na contemporaneidade. A par do progresso técnico, as dificuldades da construção democrática se revelam mais evidentemente, em especial diante da ressurgência de fundamentalismos, sempre perpetradores do irracionalismo. A persistência e mesmo o fortalecimento da irracionalidade são derivados da inquietude humana diante da extensão do espírito calculista do capitalismo e do correspondente desencantamento do mundo – algo que, sabemos, foi revelado e temido por Weber.

Para os autores, essa trajetória das sociedades, aparentemente inexorável, fornece subsídios para a formação de utopias por parte de seus membros. As utopias são sintomas de crise de uma sociedade, bem como evidenciam que os indivíduos podem ir além dela, além do real que se restringe ao *status quo*, e podem promover mudanças. Assim, são delineados dois horizontes: um é o da razão prática, que remete a uma postura realista, bem como à passividade e à continuidade do que já é vigente; outro horizonte é o do imaginário, que pode consubstanciar uma ação de ruptura do existente, rumo a novas realidades societárias.

A dimensão do imaginário também é percebida em outro artigo, de Jorge Coelho Soares e Blanca Muñoz, a respeito do filósofo Ernst Bloch: “Bloch e a responsabilidade da esperança”. A partir dele, a dupla de autores delimita que o ato de pensar pode revelar o mundo sem suas ocultações e omissões. Esse ato pode captar não apenas o mundo de modo estático: pode desvendar seu movimento e o que ele pode vir a ser.

A partir da abordagem desse artigo, devemos nos admirar da tão corajosa ênfase do pensamento frankfurtiano em não corresponder a razão a uma noção inerte do real, em aliar esse real à imaginação transformadora. Em Bloch e na Escola de Frankfurt, conjugam-se uma aposta na razão e uma sofisticada precaução em não adotar uma acepção negativa da razão, capaz apenas de desencantar o mundo e de ensejar a dominação da natureza e dos indivíduos em sociedade. Com isso, conclui-se que foi partindo de tais reflexões que o século XX percebeu o quão exageradamente otimista e simplista era o cientificismo do século XIX.

Na obra ora resenhada, há dois artigos dedicados a Marcuse. Imaculada Maria Guimarães Kangussu, em “Marcas de Marcuse”, alude à recusa do pensador frankfurtiano em utilizar privilegiadamente aquela noção de razão, antes exposta, que aceita passivamente um real considerado inevitável. Os indivíduos, interagindo com o real que os circunda, exercem a liberdade e a pulsão da vida. Empreendem, então, o uso da razão, bem como perfazem uma experiência estética. A realização de tais atos, em si, já é subversiva se inserida na ordem do Capital. Essa ordem opera impondo uma divisão hierárquica entre razão e natureza. Em oposição a esse padrão procedimental, a arte promove uma fusão harmônica entre espírito e matéria, a qual remete a uma forma de organização que não implica na dominação. A cisão entre arte e sociedade, originária da disparidade entre a experiência da democracia grega e seu contexto escravista, é estabelecida na Antiguidade, mas continuada e consagrada no surgimento da sociedade moderna burguesa. Em tal cisão, prossegue a autora, o belo e o útil são separados, permanecendo universal o útil e transformando-se o belo no singular, no que é sublime, porém inefetivo ou excludente. Para a autora, a partir de Marcuse, é forçoso perceber a arte como vislumbradora do que está para além do real identificado unicamente com exploração, dominação e alienação. É por conta dessa capacidade extraordinária da arte, dessa sua potência para empoderar de modo transformador a política, que o capitalismo almeja tanto impor uma arte conformista.

230

No segundo artigo sobre Marcuse, “Herbert Marcuse, crítico da democracia burguesa: revolução ou reforma?”, Isabel Loureiro, grande estudiosa desse pensador e de Rosa Luxemburgo, debruça-se sobre o quanto as experiências revolucionárias e conselhistas da Alemanha do início do século XX inspiraram o referido intelectual frankfurtiano.

A crítica à democracia representativa; sua complementação ou superação pelos conselhos populares; a preocupação em estimular e garantir a participação política; a defesa do controle dos representantes pelos representados; o combate à autonomização das burocracias. Todas essas questões são levantadas por Rosa Luxemburgo e pela melhor esquerda alemã no período, impondo uma nova concepção da constituição e do exercício do poder: “de baixo para cima”, única via possível para as massas trabalhadoras efetivamente construir outra sociedade. Loureiro ressalta que o paradigma conselhistas é fundamental para Marcuse, para quem as instituições não produzem, sozinhas, um comportamento democrático, demandando o socialismo, portanto, uma ancoragem consciente e inconsciente nos indivíduos.

Como, então, construir um sujeito revolucionário que não traia suas promessas, que não passe a se identificar com os dominantes, imitando-os uma vez que tenha atingido o “poder”? Trabalhando não apenas no plano da racionalidade, mas também no das emoções – que remetem às pulsões. O aumento do tempo livre propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas poderia desviar nossas energias do trabalho alienado, entende Marcuse. O capitalismo, por seu turno, deve a partir daí controlar totalmente as consciências, para lograr a continuidade da dominação.

A autora resgata a proposta marcusiana diante desse diagnóstico: para enfrentar tal quadro, é necessária uma esquerda radical que eduque politicamente as massas, mas que seja organizada de modo descentralizado, justamente por conta da diversidade dessas massas. Isso remete, sem dúvida, à emergência de antigos e novos movimentos sociais nos anos 1960/70. Devemos considerar, nesse diapasão, que o século XXI tem apresentado algumas irrupções ativistas – dos Fóruns Sociais Mundiais e movimentos antiglobalização à Primavera Árabe e ao Occupy Wall Street – que só vêm corroborar as possibilidades delineadas por Marcuse e reiteradas por Loureiro.

O livro traz, com absoluta atualidade, a republicação de uma entrevista de Marcuse realizada em pleno 1968, “Todo poder aos estudantes”. Nela, o pensador tornado agitador no calor dos acontecimentos de então, brada:

os estudantes constaram a rigidez das organizações políticas tradicionais, sua petrificação, o fato de que elas, precisamente, extinguíram o ímpeto revolucionário. [...] É necessária também uma organização. Mas um novo tipo de organização, muito flexível, que não imponha princípios rigorosos, que seja permeável ao movimento e às iniciativas (MARCUSE 2010, p. 145-146).

Nessa passagem, podemos ler algo que nos diz muito também sobre os dias de hoje, desde que interpretados, sempre, de modo autônomo e crítico. Nesse e em outros momentos da entrevista, Marcuse nos fala a respeito das possibilidades e desafios das lutas sociais, a respeito da adoção dos desejos dos dominantes pelos dominados, a respeito da permanência da necessidade de inventar o novo para superar o *status quo*, e da recorrência dos perigos autoritários (que ganharam um novo aliado a partir dos anos 1970, o neoliberalismo, acrescentemos).

Traçando possibilidades de releitura das contribuições dos frankfurtianos em áreas como política, estética, comunicação e epistemologia, *A Escola de Frankfurt: inquietude da razão e da emoção* coloca e recoloca questões pertinentes à contínua interpretação das trajetórias da contemporaneidade em que vivemos.

Referências bibliográficas

- MARCUSE, Herbert. Todo poder aos estudantes. In: MORAES, Jorge Coelho (org.), **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- MATOS, Olgária Chain Féres. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Moderna, 2001.
- VILLAS-BOAS, Gláucia. Ascese e prazer: Weber x Sombart, **Lua Nova**, 52, 2001, p. 173-196.
- WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.